



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR)

Data da reunião: 08/11/2022

Presidente: Senador Rodrigo Pacheco

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>REQ 10/2021 - CTFC</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA).</p> <p>Autoria: Senador Randolfe Rodrigues</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requer que sejam prestadas, pelos ministros da Justiça e Segurança Pública e da Defesa, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, além da concessão de acesso integral à Comissão aos dados do Sinarm e do SIGMA. Na justificção, o autor alega que o governo brasileiro flexibilizou os critérios para a concessão de licenças de posse e de porte de armas por meio de decretos, reduziu de 20% para 0% o imposto de importação sobre revólveres e pistolas e revogou a cobrança de Imposto de Exportação de 150% sobre armas e munições, quando vendidas para a América do Sul e América Central, inclusive Caribe; que o Brasil dobrou o número de armas nas mãos de civis em apenas três anos; e que o número de pessoas físicas que pediram registros para atuarem como caçadores, atiradores desportivos e colecionadores (CACs) ao Exército Brasileiro aumentou 43,3% de 2019 para 2020; e que apenas os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública não permitem que a CTFC possa avaliar com detalhes o impacto das medidas nos registros de posse e porte de armas e no perfil de quem tem recebido as licenças.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p>REQ 13/2021 - CRA</p> <p>Ementa: Considerando a manifestação externa da ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS MARGARIDA ALVES - ASPRUMA, por meio de requerimento de seu procurador a esta Comissão, relativa à necessidade de levantamento, para fins de regularização fundiária, da situação social, socioeconômica e ambiental dos agricultores da área denominada Margarida Alves II, na zona Rural do Município de Nova União do Estado de Rondônia. Considerando a situação de insegurança e vulnerabilidade das famílias nesta região, quanto à questão agrária e socioeconômica. Considerando a mútua cooperação republicana entre os poderes e a vinculação finalística entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento forneça informações sobre a regularização da situação das famílias na referida área, constante do processo administrativo SEI n.º 01094.000109/2019-26.</p> <p>Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requer que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento forneça informações sobre a regularização da situação das famílias na área denominada Margarida Alves II, na zona Rural do município de Nova União, do Estado de Rondônia, constante do processo administrativo SEI n.º 01094.000109/2019-26. Justifica-se pela situação de insegurança e vulnerabilidade das famílias na região, quanto à questão agrária e socioeconômica e, ainda, considerando a cooperação entre os Poderes e a vinculação finalística entre o Incra e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
3	<p>REQ 9/2022 - CCT</p> <p>Ementa: Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, informações referentes à renovação da permissão outorgada à EMPRESA SERGIPANA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2018.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requer ao ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da permissão outorgada à Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Aracaju, Estado de Sergipe: a) cópia do ato do Poder Executivo que renovou a permissão outorgada à Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Aracaju, Estado de Sergipe, a partir de setembro de 1997; b) cópia da mensagem que encaminhou o ato referido no item anterior para apreciação do Congresso Nacional; c) confirmação de que o requerimento de renovação relativo ao decênio 1997–2007 foi protocolado em 6 de outubro de 1997, fora do prazo legal; d) demonstração do cumprimento dos limites legais de concentração de outorgas de radiodifusão pela entidade.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
4	REQ 10/2022 - CCT Ementa: Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, informações referentes à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E JORNALISMO COMUNITÁRIO POPULAR DE SAMAMBAIA, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requer ao ministro das Comunicações as seguintes informações referentes ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal: a) confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; b) confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva; e c) estatuto social atualizado da entidade.
5	REQ 11/2022 - CCT Ementa: Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requer ao ministro das Comunicações a seguinte informação referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Caruaru, Estado de Pernambuco: a) confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
6	REQ 13/2022 - CCT Ementa: Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, informações referentes à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA ALIANÇA EDUCADORA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Aliança, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2020. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Solicita ao ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Aliança Educadora FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Aliança, Estado de São Paulo: a) confirmação da existência de vínculo de natureza político-partidária entre a entidade interessada e seus dirigentes, notadamente em relação ao Senhor Marinaldo Perpétuo Briotto, apontado como seu vice-presidente; b) existência de processos instaurados para apurar eventuais infrações cometidas pela outorgada, com indicação dos respectivos objetos, resultados e punições aplicadas; e c) estatuto social atualizado da entidade.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
7	REQ 14/2022 - CCT Ementa: Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PROGRESSO DE VÁRZEA ALEGRE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requer a seguinte informação ao ministro das Comunicações referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária para o Progresso de Várzea Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará: confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
8	REQ 15/2022 - CCT Ementa: Requer informação, ao Ministro de Estado das Comunicações, referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FIRMINENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Solicita ao ministro das Comunicações a seguinte informação referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais: confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
9	REQ 20/2022 - CCT Ementa: Requer informação, ao Ministro de Estado das Comunicações informações, referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requer ao ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Harmonia FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Sapiiranga, Estado do Rio Grande do Sul: a) a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; e b) indicação no processo de não ocorrência dos impedimentos contidos nos Pareceres nº 922/2011-CCJ e nº 923/2011-CCT.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
10	REQ 21/2022 - CCT Ementa: Requer informações, ao Ministro de Estado das Comunicações, referentes à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DOS ASSENTAMENTOS DA PUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí, de que trata o Projeto de Decret Legislativo nº 377, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Solicita ao ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura dos Assentamentos da Puba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí: a) cópia do requerimento de outorga, assinado pelos dirigentes da entidade, declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q, da Lei Complementar 64/1990; e b) comprovação das alterações do estatuto social da entidade recomendadas pela Consultoria Jurídica do Ministério, por meio do Parecer nº 00372/2017/ CONJURMCTIC/CGU/AGU, de 25 de maio de 2017.
11	REQ 22/2022 - CCT Ementa: Requer informação, ao Ministro de Estado das Comunicações, referente à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO ALIANÇA COMUNITÁRIA (ALICOM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tianguá, Estado do Ceará, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Solicita ao ministro das Comunicações a seguinte informação referente à autorização outorgada à Associação Aliança Comunitária (Alicom) para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Tianguá, Estado do Ceará: cópia do requerimento de outorga, assinado pelos dirigentes da entidade, declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Consultoria Legislativa do Senado Federal
Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR)
Data da reunião: 08/11/2022

6

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
12	<p>REQ 23/2022 - CMA</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, informações sobre o funcionamento e as atividades do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) e do seu Comitê Gestor.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Requerimento de informações ao ministro do Meio Ambiente sobre o funcionamento e as atividades do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) e do seu Comitê Gestor.</p> <p>Foram feitas as seguintes indagações: a) Qual é o montante de recursos disponíveis no Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) e qual o montante de recursos destinados no FNRB disponíveis para execução? b) Desde sua implementação, qual foi o montante já desembolsado pelo FNRB para atividades relativas às suas finalidades previstas em lei? Caso não tenham sido desembolsados recursos financeiros, quais são as causas dessa situação e que providências estão sendo implementadas pelo MMA para superá-las? c) Considerando os efeitos do Decreto 9.759/2019, o Comitê Gestor do FNRB se encontra efetivamente implementado? d) Considerando a data de criação do Comitê Gestor do FNRB, esse colegiado já aprovou o Manual de Operações, estabelecendo condições e procedimentos para a execução financeira e a aplicação de recursos, incluindo o recolhimento de receitas e a contratação, execução, monitoramento e avaliação de ações e atividades apoiadas pelo FNRB, conforme dispõe o inciso III do art. 98 do Decreto 8.772/2016? Caso não tenha aprovado, quais os motivos que justificam esse atraso? e) Considerando que o Ministro do Meio Ambiente é o presidente do Comitê Gestor do FNRB, conforme estabelece o art. 97 do Decreto 8.772/2016, qual tem sido a frequência de reuniões do Comitê? Na avaliação do MMA, essa frequência de reuniões é considerada suficiente e adequada para o desempenho das atribuições do colegiado? f) O Comitê Gestor do FNRB conta com um cronograma para as próximas reuniões neste ano? Se sim, disponibilizar à CMA. g) Existem formas de desembolso direto dos recursos do FNRB que possam apoiar projetos e que não dependam da elaboração e aprovação do Manual de Operações? Caso sim, o FNRB apoiou financeiramente algum projeto com base nessa modalidade de financiamento? Se negativa for a resposta a esta última indagação, quais foram os fatores impeditivos? h) Qual é a previsão do Comitê de lançar editais para o estabelecimento de convênios, termos de parceria, de colaboração ou de fomento, acordos, ajustes ou outros instrumentos de cooperação e repasse de recursos previstos em Lei? i) Quais têm sido os desafios e as dificuldades encontradas pelo MMA para o pleno funcionamento do FNRB?</p>
13	<p>REQ 27/2022 - CCT</p> <p>Ementa: Requer informações, ao Ministro de Estado das Comunicações, referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2019.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita ao ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Csizmásia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibicuí, Estado da Bahia: a) confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; e b) confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
14	REQ 28/2022 - CCT Ementa: Requer informações, ao Ministro de Estado das Comunicações, referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2021. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Solicita ao ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Lebermann FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Goiabeira, Estado de Minas Gerais: a) confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; e b) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.
15	REQ 29/2022 - CCT Ementa: Requer que seja solicitada, ao Ministro de Estado das Comunicações, a informação referente à autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2016. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requer a seguinte informação ao ministro das Comunicações referente à autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Cultural e Rádio Comunitária de Juazeiro do Piauí – Adecoraj para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Piauí, Estado do Piauí: a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
16	REQ 32/2022 - CCT Ementa: Requer que sejam solicitadas, ao Ministro de Estado das Comunicações, as informações referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requer as seguintes informações ao ministro das Comunicações relativas à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Afrânio, Estado de Pernambuco: a) descrição dos processos de apuração de infração atribuídos à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio, com seu status e sanções a que as eventuais infrações estariam sujeitas; e b) confirmação da inexistência de aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
17	<p>REQ 38/2022 - CMA</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, informações sobre o licenciamento ambiental dos depósitos de rejeitos nucleares radioativos nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP.</p> <p>Autoria: Comissão de Meio Ambiente (CMA)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requerimento de informações ao ministro do Meio Ambiente sobre o licenciamento ambiental dos depósitos de rejeitos nucleares radioativos nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP. O requerimento especifica os seguintes itens a serem apresentados: 1) Nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP há depósitos de rejeitos nucleares radioativos ou de materiais radioativos, como Torta II? Em caso afirmativo, esses depósitos contam com licenciamento ambiental? Em caso negativo, que medidas administrativas foram adotadas? 2) Se afirmativa a resposta à pergunta anterior, os locais onde se encontram depositados materiais radioativos foram selecionados com fulcro em estudo de alternativa ou estudo de impacto ambiental? Quais foram os critérios adotados para a seleção dessas áreas de deposição? 3) Como têm sido feitas a avaliação e o monitoramento pelo órgão federal de meio ambiente da qualidade ambiental dos sítios e adjacências onde se encontram depositados os materiais radioativos em questão? Quais têm sido os resultados dessas avaliações, em relação aos padrões e normas ambientais? 4) Especificamente no município de Itu (SP), há depósitos de rejeitos nucleares radioativos ou de materiais radioativos em unidades de conservação da natureza ou em outro espaço especialmente protegido? Caso afirmativa a resposta, qual é o parecer dessa pasta em relação a essa situação e quais têm sido as ações adotadas pelos órgãos ambientais federais com vistas à remediação?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
18	<p>REQ 39/2022 - CMA</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, informações sobre os depósitos de rejeitos nucleares e materiais radioativos nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP.</p> <p>Autoria: Comissão de Meio Ambiente (CMA)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação com emendas	<p>Requerimento de informações ao ministro de Minas e Energia, relativas aos depósitos de rejeitos nucleares e materiais radioativos nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP. Na proposição, solicita-se que sejam prestadas as seguintes informações: 1) Os depósitos de rejeitos nucleares radioativos ou materiais radioativos localizados nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP contam com licenciamento específico ou autorização emanada por autoridade vinculada à estrutura administrativa desse Ministério de Minas e Energia? Caso sim, os depósitos mencionados têm cumprido os requisitos, exigências e condicionantes impostos nas licenças ou autorizações? Caso não, que medidas administrativas foram adotadas diante da ausência de autorização específica? 2) Qual é a destinação prevista para os rejeitos e materiais nucleares radioativos localizados no município de Interlagos (SP)? Quando esses materiais serão removidos? 3) Que ações essa pasta ou órgãos a ela vinculados têm empreendido para promover a segurança técnica das instalações dos depósitos de rejeitos e materiais radioativos localizados nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP e o cumprimento das normas de segurança e a saúde dos trabalhadores e da população? Tais medidas têm se demonstrado eficazes? 4) Qual é o protocolo considerado adequado pelo Ministério de Minas e Energia de informação, consulta e negociação com os entes estadual e municipal e sociedade civil quando da intenção de transferência ou instalação de depósitos de rejeitos nucleares radioativos em determinada localidade? 5) Quais foram os resultados encontrados pelo “estudo de alternativas iniciais amplos e fundamentados a respeito dos depósitos de ‘Torta II’, considerando os custos dos investimentos iniciais nas estruturas de armazenamento e na respectivas manutenção e segurança a longo prazo, bem como a alternativa de manter as estruturas atuais, com a execução de reformas ou ampliações”, determinado para ser realizado no prazo de 180 dias à INB - Indústrias Nucleares do Brasil no item 9.1.2 do Acórdão 1.111/2018 - Plenário do Tribunal de Contas da União?</p> <p>O relator manifesta-se pela aprovação do Requerimento com a emenda redacional que apresenta para: substituir “no município de Interlagos (SP)?” por “no bairro Interlagos do município de São Paulo (SP)?”, em seu item 2, e “Tribunal de Contas da União” por “Tribunal de Contas da União” no item 5.</p>
19	<p>REQ 40/2022 - CMA</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Paulo Alvim, informações sobre os depósitos de rejeitos nucleares e materiais radioativos nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP.</p> <p>Autoria: Comissão de Meio Ambiente (CMA)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação com emendas	<p>Requerimento de informações ao ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações informações sobre os depósitos de rejeitos nucleares e materiais radioativos nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP.</p> <p>A Comissão argumenta que municípios que abriguem depósitos de rejeitos radioativos, sejam iniciais, intermediários ou finais, devem receber compensação financeira mensalmente. Informa que, há décadas, existem depósitos de materiais radioativos nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP e solicita que sejam informados e comprovados pelo titular da pasta ou pela autoridade competente os valores repassados a esses municípios nos últimos 5 anos e que, caso não tenha ocorrido o devido repasse de valores, apresente justificativas para tal.</p> <p>O relator manifesta-se pela aprovação do Requerimento com emenda que apresenta para promover ajustes redacionais no sentido de solicitar o encaminhamento de documentação que comprove os repasses de recursos e, na inexistência de repasses, que sejam encaminhados os fundamentos técnicos que embasaram essa decisão.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
20	<p>REQ 46/2022 - CMA</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, informações sobre o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios de domínio da União, em especial sobre a aplicação dos recursos gerados pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos.</p> <p>Autoria: Comissão de Meio Ambiente (CMA)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação com emendas	<p>Requer sejam prestadas, pelo ministro do Meio Ambiente, informações sobre o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios de domínio da União, em especial sobre a aplicação dos recursos gerados pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos.</p> <p>Solicita-se que sejam prestadas as seguintes informações: 1) Avaliação da efetividade dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios de domínio da União, frente às competências estabelecidas pelo art. 38 da Lei 9.433/1997; 2) Medidas adotadas a respeito da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em função dos apontamentos e sugestões trazidos na supra referida publicação da Agência Nacional de Águas; e 3) Avaliação da efetividade do instrumento cobrança pelo uso dos recursos hídricos quanto: à suficiência dos valores cobrados; à equidade da cobrança frente à capacidade econômica dos usuários; à simplicidade do cálculo empregado para a cobrança; à pertinência do emprego dos valores em projetos diretamente relacionados aos objetivos da Lei nº 9.433 de 1997.</p> <p>O relator manifesta-se pela aprovação do Requerimento com emenda que apresenta para alterar o destinatário e seu cargo na ementa e no primeiro parágrafo do corpo da proposição, substituindo os termos “Meio Ambiente” por “Desenvolvimento Regional” e “Joaquim Leite” por “Daniel de Oliveira Duarte Ferreira”.</p>
21	<p>REQ 47/2022 - CMA</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes, informações e estatísticas sobre a execução da concessão do Selo Nacional da Agricultura Familiar – SENAF, e os resultados alcançados, tendo em vista o fortalecimento das identidades social e produtiva dos vários segmentos da agricultura familiar perante os consumidores e o público em geral.</p> <p>Autoria: Comissão de Meio Ambiente (CMA)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	<p>Requerimento de informações e estatísticas ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a execução da concessão do Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF), e os resultados alcançados. São solicitadas informações desde a instituição do Programa, por ano de concessão e por estado da Federação, os dados desagregados por tipo de selos concedidos, contendo os seguintes dados: 1) O número de agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais que receberam o Selo; e 2) A relação de produtos que receberam o selo. Ademais, com relação ao selo, solicita-se informar se têm sido coletados dados e realizados estudos ou relatórios de pesquisa, que comprovem o cumprimento da finalidade de “fortalecimento das identidades social e produtiva dos vários segmentos da agricultura familiar perante os consumidores e o público em geral”. Solicita-se, ainda, informar se há notícias oficiais que poderiam ter sido publicadas na plataforma digital dedicada ao Selo Nacional da Agricultura Familiar, denominada Vitrine da Agricultura Familiar, uma vez que a última notícia existente na plataforma se refere à publicação da Portaria 161/2019.</p>
22	<p>RQS 784/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre o Programa Floresta +, para pagamento por serviços ambientais.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Requerimento ao ministro do Meio Ambiente de informações sobre o Programa Floresta +, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), para pagamento por serviços ambientais, especificamente: a) resultados concretos alcançados pelo Programa; b) razões de possíveis atrasos para sua execução; e c) planejamento detalhado para os próximos anos, incluindo ações, metas, indicadores e demais aspectos do Programa.</p>

Data da reunião: 08/11/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
23	RQS 1373/2021 Ementa: Informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre regularização fundiária de assentamentos com características de colonização. Autoria: Senador Paulo Rocha [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de informações sobre regularização fundiária de assentamentos com características de colonização, especificamente: a) quantos projetos “com características de colonização”, conforme previsto no art. 2º, § 2º, do Decreto 10.592/2020, já foram regularizados desde a publicação da MP 759/2016 até hoje? Quais os nomes desses projetos, sua localização geográfica, área e número de famílias beneficiadas? b) quantos projetos com “características de colonização”, conforme previsto no art. 2º, § 2º, do Decreto 10.592/2020, passarão a ser geridos pela normativa da regularização fundiária se estendido o marco temporal para 10 de outubro de 2008? Quais os nomes desses projetos, sua localização geográfica, área e número de famílias beneficiadas? e c) quantas áreas foram incorporadas ao PNRA, desde 1985, por ano? Quantas delas de 1985 até 2008?
24	RQS 1716/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a adaptação dos conteúdos do ENEM ao atendimento das necessidades dos candidatos com deficiência intelectual ou mental, assim como transtornos globais do desenvolvimento (TGD). Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Solicita ao Exmo. Sr. Milton Ribeiro, ministro de Estado da Educação, informações sobre a adaptação dos conteúdos do ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] ao atendimento das necessidades dos candidatos com deficiência intelectual ou mental, assim como transtornos globais do desenvolvimento (TGD): 1) manifestação expressa do Ministério acerca da existência ou não de estudo(s) na Pasta, relativo(s) à adequação do conteúdo das provas do Enem em formatos acessíveis às necessidades específicas dos candidatos com deficiência intelectual ou mental ou que apresentem transtornos globais do desenvolvimento (TGD); 2) em caso afirmativo quanto à existência de tais estudos, informações complementares acerca do cronograma das pertinentes atividades, informando o seu estágio atual e a previsão de conclusão dos estudos e sua eventual aplicação.
25	RQS 1743/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado de Meio Ambiente sobre medidas para controle e prevenção do desmatamento ilegal na Amazônia. Autoria: Senador Jaques Wagner [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação com emendas	Solicita informações ao ministro de Estado do Meio Ambiente sobre medidas para controle e prevenção do desmatamento ilegal na Amazônia. O relator propõe ajuste em um dos itens do requerimento, para adequação regimental.
26	RQS 1744/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovações sobre as medidas de comando e controle do desmatamento dos biomas brasileiros realizados com auxílio dos dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Autoria: Senador Jaques Wagner [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação com emendas	Solicita ao ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, os seguintes documentos: 1. Relação dos programas e ações governamentais que utilizam os dados do monitoramento do desmatamento por satélite; 2. Lista das ações de combate ao desmatamento e à venda ilegal de madeira realizadas pelos órgãos ambientais com a utilização de dados de satélites nos últimos três anos; 3. Descrição das medidas que precisam ser tomadas para melhorar, expandir e tornar célere a utilização dos dados produzidos por satélites no combate ao desmatamento. O relator propõe ajuste para adequar o direcionamento do requerimento.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
27	RQS 1751/2021 Ementa: Informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre pessoas estrangeiras autorizadas, no último quinquênio, a adquirir ou arrendar terras rurais brasileiras. Autoria: Senador Paulo Rocha [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Solicita à Sra. ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: 1. Relação de todas as pessoas estrangeiras físicas e jurídicas que, desde o ano de 2016, foram autorizadas a adquirir ou arrendar terras no Brasil, identificando-se cada beneficiário com sua nacionalidade, a correspondente documentação emitida no Brasil, endereço de residência, domicílio ou sede, e informando-se: a) a data da autorização, bem como a da respectiva publicação no Diário Oficial da União; b) o município e a unidade federativa de situação das terras; c) a área total já adquirida ou arrendada por estrangeiros em geral no município em questão, até a data da mencionada autorização, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), relacionando-se um subtotal a cada grupo de pessoas de idêntica nacionalidade eventualmente detentoras de terras na localidade; d) o tamanho da área cujo arrendamento ou aquisição foi autorizado; e e) sobre o aspirante a adquirente ou arrendatário beneficiado pela autorização, sua eventual condição anterior de detentor de terras outras, a qualquer título, naquele mesmo município, com dimensionamento das respectivas áreas. 2. Quando se tratar de pessoas físicas estrangeiras que tenham filhos brasileiros ou sejam casadas, a identificação dos filhos, a identificação do cônjuge, inclusive com sua nacionalidade, e a classificação do regime de bens do casamento. 3. Quando se tratar de pessoas jurídicas estrangeiras, se for o caso, dados sobre o projeto industrial, agrícola, pecuário, de colonização ou outro que tenha fundamentado o requerimento de autorização.
28	RQS 1798/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Infraestrutura sobre os impactos ambientais da Hidrovia do Tocantins-Araguaia. Autoria: Senador Paulo Rocha [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Solicita informações ao ministro de Estado da Infraestrutura sobre os impactos ambientais da Hidrovia do Tocantins-Araguaia. Para tanto, são requisitados o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impactos Ambientais da Hidrovia do Tocantins-Araguaia.
29	RQS 1802/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre os impactos ambientais da Hidrovia do Tocantins-Araguaia. Autoria: Senador Paulo Rocha [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Solicita ao ministro de Estado do Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, o encaminhamento do Estudo de Impacto Ambiental, do Relatório de Impacto Ambiental da Hidrovia do Tocantins-Araguaia e a análise (parecer técnico) feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre o empreendimento.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
30	<p>RQS 1845/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, sobre a execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares).</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	<p>Solicita do ministro de Estado do Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Descrição do estágio atual de elaboração do Planares; 2. Atas ou registros detalhados das audiências públicas realizadas para a elaboração do Planares em todas as regiões geográficas do País e da audiência nacional, nos termos do art. 47, inciso III, do Decreto 7.404/2010; 3. Relatório de repasses de recursos para estados e municípios vinculados à execução da PNRS, desde 2019, discriminados por atividades e projetos, com destaque para aqueles relativos ao “Programa Lixão Zero”; 4. Normas editadas pela União com base no art. 44 da Lei 12.305/2010; 5. Relatório atualizado relativo ao programa de que trata o art. 43 do Decreto 7.404/2010; 6. Relatório pormenorizado relativo à Fase 1 da estruturação e implementação do sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos, com demonstração do cumprimento das obrigações e etapas previstas nas alíneas a a h do inciso I do art. 8º do Decreto 10.240/2020; 7. Balanço atual dos sistemas de logística reversa relativos aos produtos de que tratam os incisos I a V do art. 33 da Lei 12.305/2010; 8. Relatórios atuais de execução dos acordos setoriais e termos de compromisso para a estruturação e implementação de sistemas de logística reversa firmados no âmbito da União.
31	<p>RQS 1921/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado das Comunicações referentes à autorização outorgada para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2019.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	<p>Solicita ao ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente ao processo de autorização outorgada à Associação Milênio de Apoio a Criança e Adolescente de Brasilândia, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia do Tocantins, Estado de Tocantins, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo 186/2019: confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.</p> <p>O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo 186/2019. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a sua tramitação, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.</p>
32	<p>RQS 1922/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado das Comunicações referentes à autorização outorgada para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2019.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	<p>Solicita ao Senhor ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Ouro, Estado do Tocantins: composição da Diretoria da entidade, de outubro de 2014 até a presente data.</p> <p>O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo 511/2019. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a sua tramitação, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.</p>

Data da reunião: 08/11/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
33	RQS 1930/2021 Ementa: Informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. Autoria: Senador Plínio Valério [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita ao Exmo. Sr. ministro -chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, informações e respectivos instrumentos comprobatórios sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), quais sejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A Casa Civil da Presidência da República elaborou algum estudo ou proposta de alteração dos objetivos, da governança, das receitas ou das aplicações dos recursos do FNDCT regulados pela Lei 11.540/2007? 2. Existe algum processo formal na Secretaria Executiva da Casa Civil recomendando ou desaconselhando a introdução de modificações na Lei do FNDCT? 3. A Casa Civil tem conhecimento da existência no Governo Federal de estudo ou proposta de modificação da Lei 11.540/2007? 4. Existe alguma análise das razões de relevância e urgência que justificariam a edição de uma Medida Provisória sobre o tema? 5. Caso uma ou mais das questões anteriores seja respondida de forma afirmativa, requisita-se o envio do inteiro teor dos referidos estudos, propostas, análises ou processos. 6. Nesse caso, também se requisita o envio de informações sobre qual é o impacto que as alterações propostas na Lei 11.540/2017, deverão ter no "objetivo de financiar o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas em promover o desenvolvimento econômico e social do País" (art. 1º), na governança, nas receitas e nas aplicações do FNDCT.
34	RQS 1931/2021 Ementa: Informações ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação sobre estudos de alteração da Lei nº 11.540, de 2007, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. Autoria: Senador Plínio Valério [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita informações ao ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação sobre estudos de alteração da Lei 11.540/2007, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), especificamente quanto aos seguintes questionamentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) elaborou algum estudo ou proposta de alteração dos objetivos, da governança, das receitas ou das aplicações dos recursos do FNDCT regulados pela Lei nº 11.540/2007? 2. Existe algum processo formal na Secretaria Executiva do MCTI recomendando ou desaconselhando a introdução de modificações na Lei do FNDCT? 3. O MCTI tem conhecimento da existência no Governo Federal de estudo ou proposta de modificação da Lei 11.540/2007? 4. Existe alguma análise das razões de relevância e urgência que justificariam a edição de uma Medida Provisória sobre o tema? 5. Caso uma ou mais das questões anteriores seja respondida de forma afirmativa, requisita-se o envio do inteiro teor dos referidos estudos, propostas, análises ou processos. 6. Nesse caso também se requisita o envio de informações sobre qual é o impacto que as alterações propostas na Lei 11.540/2007, deverão ter no "objetivo de financiar o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas em promover o desenvolvimento econômico e social do País" (art. 1º), na governança, nas receitas e aplicações do FNDCT.

Data da reunião: 08/11/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
35	<p>RQS 1933/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Educação sobre estudos de alteração da Lei nº 11.540, de 2007, sobre o do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.</p> <p>Autoria: Senador Plínio Valério</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita ao ministro de Estado da Educação informações sobre estudos ou propostas de alteração da Lei 11.540/2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Ministério da Educação (MEC) elaborou algum estudo ou proposta de alteração dos objetivos, da governança, das receitas ou das aplicações dos recursos do FNDCT regulados pela Lei 11.540/2007? 2. Existe algum processo formal na Secretaria Executiva do MEC recomendando ou desaconselhando a introdução de modificações na Lei do FNDCT? 3. O MEC tem conhecimento da existência no Governo Federal de estudo ou proposta de modificação da Lei 11.540/2007? 4. Existe alguma análise das razões de relevância e urgência que justificariam a edição de uma Medida Provisória sobre o tema? 5. Caso uma ou mais das questões anteriores seja respondida de forma afirmativa, requisita-se o envio do inteiro teor dos referidos estudos, propostas, análises ou processos. 6. Nesse caso, também se requisita o envio de informações sobre qual é o impacto que as alterações propostas na Lei 11.540/2007, deverão ter no “objetivo de financiar o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas em promover o desenvolvimento econômico e social do País” (art. 1º), na governança, nas receitas e nas aplicações do FNDCT.
36	<p>RQS 2041/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre os depósitos voluntários, de que trata a Lei nº 14.185, de 14 de julho de 2021.</p> <p>Autoria: Senadora Zenaide Maia</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	<p>Solicita informações ao presidente do Banco Central do Brasil sobre os depósitos voluntários, de que trata a Lei 14.185/2021, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF) combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. o valor total já gasto nestas operações, em base mensal; 2. os critérios adotados pelo Banco Central quanto à forma da remuneração dos depósitos, os limites, os prazos, as formas de negociação e outras condições para o acolhimento dos depósitos; 3. se há remuneração nos depósitos à vista; 4. a finalidade e a justificativa das operações; e 5. quaisquer outras informações para municiar a compreensão do assunto.
37	<p>RQS 2248/2021</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Educação sobre os cursos de Medicina e de Residência Médica no Brasil.</p> <p>Autoria: Senadora Mara Gabrilli</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita ao ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre os cursos de Medicina e de Residência Médica no Brasil.</p> <p>Para tanto, o requerimento requisita da referida autoridade resposta, a partir de dados desde 2000, relacionados a instituições públicas e privadas, a uma série de indagações, englobando: número anual, total e por estado, de cursos de Medicina no Brasil; número anual, total e por estado, de vagas ofertadas e de matrículas em cursos de Medicina no Brasil; contingente anual, total e por estado, de ingressantes em cursos de Medicina; contingente anual, total e por estado, de egressos de cursos de Medicina no Brasil; número anual, total e por estado, de cursos de residência médica, por especialidade, em instituições públicas e privadas; número anual, total e por estado, de vagas ofertadas e de matrículas em residência médica, por especialidade; contingente anual, total e por estado, de ingressantes em cursos de residência médica, por especialidade; e contingente anual, total e por estado, de egressos de cursos de residência médica, por especialidade.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
38	RQS 150/2022 Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Economia sobre pensões concedidas a menores de 21 anos. Autoria: Senador Humberto Costa [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas	Requer informações sobre o “quantitativo, discriminado por idade, dos menores de 21 anos nas pensões concedidas por morte previdenciária e por morte de trabalhador rural, mês a mês, nos anos de 2020 a 2021”. O relator propõe ajuste para adequar o direcionamento do requerimento.
39	RQS 197/2022 Ementa: Informações à Ministra de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o caso Evaristo Miranda, assessor nomeado na Presidência da EMBRAPA, acusado recentemente por 12 cientistas brasileiros que listam ações de Miranda que deturparam a realidade sobre o meio ambiente e que, por exemplo, foram usados como argumentos para mudanças no Código Florestal, aprovado em 2012. Autoria: Senador Jaques Wagner [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Solicita à ministra de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre o caso Evaristo de Miranda, assessor nomeado na Presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), acusado recentemente por 12 cientistas brasileiros que listam ações de Miranda que deturparam a realidade sobre o meio ambiente e que, por exemplo, foram usados como argumentos para mudanças no Código Florestal, aprovado em 2012.
40	RQS 198/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em decorrência das chuvas de Petrópolis em 2022. Autoria: Senador Carlos Portinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	Solicita ao ministro da Economia informações a respeito de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em decorrência das chuvas de Petrópolis em 2022.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
41	<p>RQS 220/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre a indisponibilidade de acesso público, no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), às séries históricas de dados e microdados do Censo Escolar da Educação Básica e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requer que sejam prestadas, pelo Senhor ministro de Estado da Educação, informações sobre a indisponibilidade de acesso público, no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), às séries históricas de dados e microdados do Censo Escolar da Educação Básica e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
42	<p>RQS 244/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado interino da Educação, informações sobre auditorias internas realizadas em processos de contratação relativos à aquisição de livros e materiais didáticos.</p> <p>Autoria: Senador Jean Paul Prates</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas	<p>Solicita ao ministro de Estado da Educação de informações sobre auditorias internas realizadas em processos de contratação relativos à aquisição de livros e materiais didáticos:</p> <p>1) Foram realizadas auditorias internas em processos de contratação relativos à aquisição de livros e materiais didáticos abertos entre 2019 e 2022? Se não, quais foram os critérios de seleção dos processos a serem submetidos ao controle interno do órgão? Se sim, responder demais questionamentos 2 e 3.</p> <p>2) Quais foram os principais achados de auditoria e as recomendações feitas para cada um dos processos auditados? Encaminhar cópia integral do relatório final elaborado pelo controle interno do Ministério da Educação (MEC).</p> <p>3) Quais as providências tomadas pelo Ministério a fim de atender as recomendações do controle interno?</p> <p>4) Foram realizadas auditorias externas em processos de contratação relativos à aquisição de livros e materiais didáticos abertos entre 2019 e 2022? Se sim, encaminhar cópia integral do relatório final elaborado pelo controle externo.</p> <p>5) Quais as providências tomadas pelo Ministério a fim de atender as recomendações do controle externo?</p> <p>6) Durante o período de 2019 e 2022, a Ouvidoria do MEC recebeu denúncias referentes aos processos de contratação para aquisição de livros e materiais didáticos ou outras aquisições no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Nacional da Educação? Se sim, encaminhar denúncias e respectivos relatórios de apuração. Se a denúncia não tiver sido apurada, justificar.</p> <p>O relator propõe ajuste para adequar o direcionamento do requerimento.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
43	<p>RQS 250/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes Cordeiro, informações sobre o projeto Transforma Embrapa.</p> <p>Autoria: Senador Jaques Wagner</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Solicita ao ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), senhor Marcos Montes Cordeiro, o encaminhamento de informações relativas ao projeto Transforma Embrapa, nos termos seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Detalhamento das ações vinculadas ao Projeto Transforma Embrapa, com respectivos prazos de implementação; 2. Avaliação dos riscos, custos e benefícios decorrentes da eventual implementação do referido Projeto; 3. Detalhamento (denominação e área de lotação) das funções comissionadas a serem eliminadas com o Projeto; 4. Detalhamento das atividades a serem terceirizadas de acordo com o Projeto; 5. Critérios e procedimento a serem observados para a seleção de empresas privadas que venham, eventualmente, a atuar como parceiras da Embrapa, bem como as medidas de transparências relativamente à execução dos contratos firmados; 6. Acerca dos produtos entregues pela Consultoria Falconi, solicita: <ul style="list-style-type: none"> I) Diagnóstico da situação atual: análise da cadeia de valor, processos críticos de suporte; avaliação da distribuição das funções de suporte e o seu fluxo de processos, das entregas, interfaces e pessoal alocado; análise dos gastos; análise da distribuição e produtividade das pessoas nas áreas e nos processos; apresentação de oportunidades; II) Readequação organizacional: proposição de nova estrutura organizacional feita pela Falconi, inclusive com a indicação de processos críticos para a readequação e os planos de ação elaborados; III) Estudo de Readequação organizacional proposto pela Diretoria da Embrapa, com a indicação de processos críticos para a readequação e os planos de ação elaborados; IV) Diagnóstico das Unidades Descentralizadas realizado pela Consultoria Falconi, incluindo a avaliação da distribuição das funções de suporte e seu fluxo de processos, das entregas, interfaces e pessoal alocado; análise da distribuição e produtividades das pessoas nas áreas e nos processos; e o estudo feito para revisar foco de atuação das Unidades Descentralizadas; e, finalmente, o plano de ação proposto para tais mudanças. V) Metas do Projeto Transforma (curto, médio e longo prazo), com respectiva memória de cálculo da redução de despesas informadas; VI) Quais e quantas serão as funções gratificadas a serem reduzidas e respectivos valores? VII) Quais e quantas serão as novas funções criadas e respectivos valores, em função do Projeto Transforma Embrapa?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>VIII) Qual, quantos e como se deu a participação dos empregados no processo de readequação institucional?</p> <p>7. Como se deu essa relação Embrapa-Funarb-CNA, OCB, etc. Qual é a atribuição de cada ente? Solicitamos cópia da documentação demonstrando contatos, negociações e formalização da relação jurídica entre as entidades.</p> <p>8. Qual a forma de circulação de informações estratégicas da empresa pública para esses entes privados?</p> <p>9. Considerando que quem está pagando são entidades privadas, quem é dono do estudo da Falconi? Para quem ela está trabalhando enfim?</p> <p>10. Acerca das entidades Agramilho, Aprosoja, Abrapa, Fiesp, Abag, Única, Abrafrutas, ABCZ, SNA e SRB, Sebrae, OCB, questiona-se: a) Alguma(s) dessas entidades aporta(ram) recursos na Embrapa ou em Fundações de Apoio nos últimos cinco anos?</p> <p>b) Alguma(s) dessas entidades aporta(ram) recursos na Embrapa ou em outra instituição especificamente para esta consultoria?</p> <p>c) Caso ocorra resposta afirmativa para algum dos questionamentos acima, questiona-se para quais projetos/e ou atividades, bem como os valores aportados em cada caso.</p>
44	<p>RQS 322/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, informações acerca dos valores dos incentivos fiscais anuais, por meio de dedução do Imposto de Renda, para doações de pessoas físicas e jurídicas durante toda a vigência do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), assim como estimativa do impacto orçamentário e financeiro, e sua respectiva memória de cálculo detalhada, decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei a seguir apresentada, para os anos de 2022, 2023 e 2024.</p> <p>Autoria: Senadora Mara Gabrilli</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Requer que sejam prestadas, pelo Senhor ministro de Estado da Economia, informações acerca dos valores dos incentivos fiscais anuais, por meio de dedução do Imposto de Renda, para doações de pessoas físicas e jurídicas durante toda a vigência do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), assim como estimativa do impacto orçamentário e financeiro, e sua respectiva memória de cálculo detalhada, decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei a seguir apresentada, para os anos de 2022, 2023 e 2024.</p> <p>Em síntese, pretende-se, com o RQS, a obtenção de duas informações:</p> <p>1) os valores dos incentivos fiscais anuais relativos ao Pronon e ao Pronas/PCD, programas instituídos pelos arts. 1º e 3º da Lei 12.715/2012, cuja produção de efeitos se encerrou em 2020, para as pessoas físicas, e em 2021, para as pessoas jurídicas, na forma do art. 4º do referido diploma legal;</p> <p>2) a estimativa do impacto orçamentário e financeiro, acompanhada de memória de cálculo detalhada, da minuta de proposição legislativa que acompanha o RQS, cujo objetivo é restabelecer o benefício fiscal dos programas em questão até 31 de dezembro de 2027.</p>

Data da reunião: 08/11/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
45	<p>RQS 336/2022</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado da Economia, acerca da insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para que a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil honre os compromissos contratuais que possui junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), comprometendo seu funcionamento e atendimento à sociedade brasileira.</p> <p>Autoria: Senadora Mara Gabrilli</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas	<p>Solicita informações ao ministro de Estado da Economia acerca de eventual insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para que a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil honre os compromissos contratuais que possui junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), comprometendo seu funcionamento e atendimento à sociedade brasileira. A Exma. Senadora requisita:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Detalhamento da situação orçamentária e financeira atual e projeção para os anos de 2022 e 2023 dos valores necessários ao pagamento do SERPRO pelos serviços prestados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;2. Detalhamento da situação atual das providências adotadas para regularizar a situação acima descrita;3. Impacto negativo ocorrido na atuação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em função da desestruturação do fluxo de recursos em tela neste requerimento, bem assim as medidas compensatórias que serão adotadas para regularizar a situação; e4. Regularização urgente da relação orçamentária e financeira existente entre a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e o SERPRO. <p>O relator propõe a aprovação com supressão do item 4, por inadequação regimental.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
46	<p>RQS 337/2022</p> <p>Ementa: Requer sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o conteúdo da sexta edição da Cartilha da Gestante, lançada pelo Ministério da Saúde no dia 4 de maio de 2022.</p> <p>Autoria: Senador Humberto Costa e outros</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita ao Senhor ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o conteúdo da sexta edição da Cartilha da Gestante:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Quais são as evidências científicas que embasam as recomendações de uso da episiotomia na Cartilha da Gestante?2. Quais as bases técnicas e científicas que norteiam a aplicação da manobra de Kristeller, recomendada pelo Secretário de Atenção à Saúde Primária, Raphael Câmara, durante o lançamento da Cartilha da Gestante?3. A Cartilha da Gestante desaconselha o parto cesariano, a pedido materno, apenas para mães que desejam ter muitos filhos? Isso está em consonância com a "Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal", de janeiro de 2016, e com as "Diretrizes de atenção à gestante: a operação cesariana", de abril de 2015, ambas de autoria da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC)?4. A Cartilha da Gestante traz orientações específicas sobre os procedimentos a serem adotados pela mulher e seu (sua) parceiro (a) na ocorrência de violência obstétrica? Quais são elas?5. O Ministério da Saúde reconhece a existência de violência obstétrica no âmbito da assistência à saúde materna?6. Qual é o suporte técnico científico que respalda o posicionamento da Cartilha da Gestante ao descrever a amamentação exclusiva e por livre demanda como método contraceptivo eficaz até seis meses após o parto, embora ressalve que não se trate de proteção plena?7. A vasectomia é mencionada pela Cartilha da Gestante entre os métodos contraceptivos definitivos? Quais foram os critérios adotados para a seleção desses métodos?8. Quanto ao registro da criança, a Cartilha da Gestante orienta que é facultado à mulher, em termo próprio, indicar o nome do pai, que passa a ser considerado "suposto pai", até que o cartório conclua as providências no sentido de conferir a autenticidade da informação? Caso contrário, que orientações a Cartilha da Gestante fornece a respeito do registro da criança?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
47	<p>RQS 343/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes Cordeiro, informações sobre a existência de relação, direta ou indireta, entre as competências fiscalizatórias desse Ministério e o dever de apurar denúncias de comercialização de alimentos cujos materiais publicitários ou rótulos induzam o consumidor a erro quanto ao seu conteúdo.</p> <p>Autoria: Senador Nelsinho Trad</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Solicita ao ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), senhor Marcos Montes Cordeiro, o encaminhamento de informações relativas a existência de relação, direta ou indireta, entre as competências fiscalizatórias desse Ministério e o dever de apurar denúncias de comercialização de alimentos cujos materiais publicitários ou rótulos induzam o consumidor a erro quanto ao seu conteúdo, inquirindo se caberia ao Ministério:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. fiscalizar o comércio de alimentos (especialmente alimentos de origem animal e bebidas) quanto à adequação da sua publicidade e rotulagem ao seu conteúdo; 2. estabelecer normas acerca de requisitos a serem atendidos por peças publicitárias e rótulos de alimentos, especialmente no que diz respeito a alimentos de origem animal e bebidas; e 3. Esclarecimentos sobre a denúncia feita pela página "Coma Com Os Olhos (SrCCOO)". Segundo postagem dela, foi verificado em um banner de ponto de venda do McDonald's, com letras pequenas, o alerta de que "a Campanha McPicanha é válida para maiores de 12 anos a partir de 5/4/2022". O publicitário responsável pelo perfil, Itamar Taver, questiona a respeito: "ou seja, se você, ou seu filho (a) tiver 11 anos ou menos, ele não é elegível à compra do produto. Qual o problema para o consumo dessa faixa etária"?
48	<p>RQS 344/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre a existência de relação, direta ou indireta, entre as competências fiscalizatórias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o dever de apurar denúncias de comercialização de alimentos cujos materiais publicitários ou rótulos induzam o consumidor a erro quanto ao seu conteúdo.</p> <p>Autoria: Senador Nelsinho Trad</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas	<p>Requer ao Sr. ministro de Estado da Saúde informações sobre a existência de relação, direta ou indireta, entre as competências fiscalizatórias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o dever de apurar denúncias de comercialização de alimentos cujos materiais publicitários ou rótulos induzam o consumidor a erro quanto ao seu conteúdo. Para tanto, solicita se resposta para os seguintes itens:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. se a Anvisa tem competência fiscalizatória sobre o comércio de alimentos quanto à adequação da sua publicidade e rotulagem ao conteúdo do produto comercializado; 2. se a Anvisa tem competência normativa acerca de requisitos a serem atendidos por peças publicitárias e rótulos de alimentos; e 3. Esclarecimentos sobre a denúncia feita pela página "Coma Com Os Olhos (SrCCOO)". Segundo postagem dela, foi verificado em um banner de ponto de venda do McDonald's, com letras pequenas, o alerta de que "a Campanha McPicanha é válida para maiores de 12 anos a partir de 5/4/2022". O publicitário responsável pelo perfil, Itamar Taver, questiona a respeito: "ou seja, se você, ou seu filho (a) tiver 11 anos ou menos, ele não é elegível à compra do produto. Qual o problema para o consumo dessa faixa etária"? <p>O relator propõe aprovação com ajustes redacionais.</p>

Data da reunião: 08/11/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
49	<p>RQS 362/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações a serem fornecidas pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU.</p> <p>Autoria: Senador Izalci Lucas</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita esclarecimentos sobre as seguintes questões, relacionadas à transferência de imóveis da União no Planalto Central para a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), empresa pública pertencente ao Governo do Distrito Federal:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Quais imóveis da União estão sendo transferidos para a Terracap? 2. Quais os termos acordados entre a União e a Terracap relativamente à transferência desses imóveis? 3. Qual o lapso temporal previsto para a concretização de tal transferência? 4. Como ficará a situação dos atuais ocupantes desses imóveis? 5. Como ficará a situação daqueles que devem laudêmio e taxa de ocupação à União? 6. Como ficará a situação daqueles que figuram como réus em ação de reintegração de posse movida pela União? 7. Quais parâmetros serão utilizados para mensurar valores relativos a juros sobre capital próprio e dividendos oriundos da participação da União na Terracap, que deixaram de ser pagos durante anos em razão de litígio?
50	<p>RQS 378/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre problemas no fornecimento da vacina BCG.</p> <p>Autoria: Senador Humberto Costa</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Requer sejam prestadas pelo Exmo. Senhor ministro de Estado da Saúde informações sobre problemas no fornecimento da vacina BCG:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Ministério da Saúde solicitou ao Fundo Rotatório da OPAS para Acesso a Vacinas (FRV) o quantitativo de 1.200.000 doses/mês? Apresentar os documentos (memorando, documento oficiais, e-mail, ata de reunião, entre outros) que indicam a solicitação do Ministério da Saúde correspondente à quantidade referida. 2. Quais foram os motivos que levaram o Ministério da Saúde a solicitar do FRV apenas 500.000 doses/mês, visto que a média mensal de distribuição usual era 1.200.000 doses/mês, realizada diretamente pelo Ministério da Saúde? 3. Houve algum óbice para adquirir mais de doses de BCG do que as 500.000 doses/mês junto a FRV? Apresentar os documentos (memorando, documento oficiais, e-mail, ata de reunião, entre outros) que consta os possíveis empecilhos junto ao FRV. 4. Considerando a redução acentuada da cobertura vacinal do imunizante da BCG, que culminou no fato inédito do Brasil não atingir a meta estabelecida no ano de 2019, o que Ministério da Saúde pretende realizar para sanar esse problema recorrente de desabastecimento de imunizante? 5. Quais ações o Ministério da Saúde vem tomando para mitigar o risco de futuros problemas para aquisição da vacina BCG e de outros imunizantes?

Data da reunião: 08/11/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
51	RQS 393/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre a implantação da remuneração variável meritocrática, conforme prevista na Lei nº 13.464/2017. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Solicita informações sobre a implantação da remuneração variável meritocrática aos servidores da Receita Federal prevista na Lei 13.464/2017. Para tanto, requisita-se ao Senhor ministro de Estado da Economia pareceres sobre a medida, estudos de impacto econômico dela, evolução do quadro de pessoal da Receita Federal nos últimos dez anos e “fatos que justifiquem o descumprimento da lei”.
52	RQS 422/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre os repasses de recursos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS a municípios, bem como os critérios adotados para a distribuição dos repasses aos municípios. Autoria: Senador Jean Paul Prates [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	<p>Solicita ao Senhor ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre os repasses de recursos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) a municípios, bem como os critérios adotados para a distribuição dos repasses aos municípios. Para tanto, faz as seguintes perguntas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os critérios adotados, por ano, de 2020 a 2022, pelo FNAS para eleger os municípios favorecidos pelas transferências voluntárias que especifica; 2. Planilha eletrônica, contendo os municípios que receberam transferências voluntárias do FNAS de 2020 a 2022, originárias das ações que especifica; bem como os valores recebidos, com datas dos empenhos e pagamentos e fundamentação legal para o repasse; 3. Justificação do expressivo aumento de recursos descentralizados (pago e restos a pagar pago), em 2022, a municípios por meio da ação que especifica.
53	RQS 437/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, informações quanto a não recomposição do orçamento do PROEX - equalização. Autoria: Senador Nelsinho Trad [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	<p>Solicita informações ao Senhor ministro de Estado da Economia sobre a não recomposição do orçamento do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) – Equalização:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Há previsão para recomposição dos recursos do Proex, relativos aos cortes realizados na Ação Orçamentária 0267? 2) Por qual motivo o orçamento do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) não foi contemplado na última revisão orçamentária? 3) Quais são os impactos diretos da não recomposição nas exportações do País? 4) Quais os impactos do Proex no crescimento econômico do País? 5) Quais planos o Ministério tem desenvolvido para reforçar o Proex e as políticas de fortalecimento das exportações nos próximos anos? 6) Os cortes promovidos em fevereiro foram destinados para qual ou quais finalidades (ações orçamentárias), visto a concessão de créditos atendidos (anexo VIII – “e”) no RARDP 2º Bimestre, que manteve a anulação do crédito?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
54	RQS 483/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre os procedimentos para atualização do Cadastro Único e sobre problemas na concessão do Programa Auxílio Brasil aos cidadãos que preencham as condições para receber o benefício nos termos da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Autoria: Senador Paulo Rocha [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Solicita ao ministro da Cidadania, Senhor Ronaldo Vieira Bento, informações sobre os procedimentos para atualização do Cadastro Único e sobre problemas na concessão do Programa Auxílio Brasil aos cidadãos que preencham as condições para receber o benefício nos termos da Lei 14.284/2021.
55	RQS 486/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações acerca do crescimento da fila de beneficiários do Programa Auxílio Brasil. Autoria: Senador Alessandro Vieira [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Cidadania de informações acerca do crescimento da fila de beneficiários do Programa Auxílio Brasil, especificamente: a) qual o número de famílias habilitadas no Programa Auxílio Brasil, ou seja, que cumprem todos os requisitos de atendimento, mas que não tiveram os benefícios concedidos em todo Brasil e em relação detalhada em cada estado da Federação? b) em caso de negativa da informação solicitada no item anterior, favor colacionar argumentos técnicos e jurídicos, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011); c) por que o Ministério da Cidadania não disponibiliza por meio de transparência ativa os dados referentes ao saldo de habilitados sem concessão pelo Programa Auxílio Brasil em seu endereço institucional? d) quais as providências tomadas pelo Ministério da Cidadania para reduzir a fila de mais de dois milhões de famílias que aguardam o recebimento do Auxílio Brasil e que preenchem os requisitos para o benefício? e) por que houve o aumento de 113% da fila de espera para o benefício de março até junho? Qual a projeção de aumento da fila até o mês de dezembro? f) em janeiro de 2022 o Governo Federal afirmou que a fila de demanda pelo benefício referente ao ano de 2021 havia sido zerada. Isso significa que o atual crescimento da demanda reprimida corresponde a famílias que entraram no CadÚnico somente no ano de 2022? g) qual a previsão de aumento do orçamento a ser destinado ao Auxílio Brasil até dezembro de 2022? h) quais os principais desafios do Governo Federal para aumentar a abrangência do Programa, atendendo a população em situação de extrema vulnerabilidade? e i) considerando que a fila de habilitados e não beneficiados tem aumentado exponencialmente, o Ministério da Cidadania possui plano estratégico com previsão de novas políticas públicas para atender as demandas dessa parcela da população?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
56	<p>RQS 500/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Minas e Energia, Adolfo Sachsida, informações sobre registros de mensagens trocadas em celulares corporativos e registros audiovisuais de reuniões do Conselho Administrativo da Petrobras.</p> <p>Autoria: Senador Jean Paul Prates e outros</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro de Minas e Energia de informações sobre registros de mensagens trocadas em celulares corporativos e registros audiovisuais de reuniões do Conselho Administrativo da Petrobras. É indagado qual o regramento vigente quanto à preservação e acesso a dados relativos à alta burocracia da Petrobras, em especial, dados de e-mails; celulares corporativos; minutas de reuniões; e registros sonoros, visuais e/ou audiovisuais de reuniões. Pergunta-se quais pessoas possuem acesso a esses dados, qual o prazo de preservação desses dados, e qual a punição prevista para a violação dessa preservação. Por fim, ouvido o setor de <i>compliance</i> da companhia, solicita-se a remessa de: a) cópia dos arquivos de mensagens, inclusive em aplicativos de mensagens, dos aparelhos telefônicos celulares utilizados pelos presidentes da Petrobras desde 2019; e b) cópia dos registros sonoros, visuais e audiovisuais das reuniões do Conselho Administrativo no mesmo período, assim como das respectivas Atas de Reuniões.
57	<p>RQS 510/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, informações sobre impacto de proposição legislativa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Paim</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	Requerimento ao ministro do Trabalho e Previdência de informações acerca do impacto sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) causado pelo Projeto de Lei nº 2.967, de 2019.
58	<p>RQS 527/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, informações para esclarecimentos oriundos de desdobramentos da Transferência de Gerenciamento do PLANO ANAPARPREV, para a FUNDAÇÃO VIVA PREVIDÊNCIA, uma vez que os participantes encontram divergências nos dados e valores apresentados, transferidos da PETROS para a VIVA, bem como no saldo de reserva individual de cada participante.</p> <p>Autoria: Senador Lasier Martins</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	Requerimento ao ministro do Trabalho e Previdência de informações referentes à transferência de gerenciamento do plano da previdência da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Beneficiários de Saúde Suplementar de Autogestão (Anapar). Antes gerido pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), passou para a Fundação Viva de Previdência (Viva), após autorização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
59	RQS 531/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre processos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para investigar movimentações atípicas na compra e venda de ações ou opções da Petrobras nos períodos que antecederam aos anúncios das demissões dos presidentes da empresa estatal José Mauro Ferreira Coelho, Joaquim Silva e Luna e Roberto Castello Branco. Autoria: Senador Jean Paul Prates [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Requerimento ao ministro da Economia de informações sobre processos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para investigar movimentações atípicas na compra e venda de ações ou opções da Petrobras nos períodos que antecederam aos anúncios das demissões dos presidentes da empresa estatal José Mauro Ferreira Coelho, Joaquim Silva e Luna e Roberto Castello Branco. O requerimento detalha que são solicitadas informações sobre: a) processos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para investigar movimentações atípicas na compra e venda de ações ou opções da Petrobras nos períodos que antecederam os anúncios das demissões dos presidentes da empresa estatal José Mauro Ferreira Coelho, Joaquim Silva e Luna e Roberto Castello Branco; b) as médias diárias dos volumes de transações de ações e opções da Petrobras nos noventa dias úteis que antecederam ao anúncio de demissão de cada presidente da Petrobras no período do governo Bolsonaro; c) os desvios-padrões dos volumes de transações diários das ações e opções da Petrobras nos noventa dias úteis que antecederam ao anúncio de demissão de cada presidente da Petrobras; d) movimentação atípica de ações e opções da estatal, em dia imediatamente anterior ao do anúncio de demissão de cada um dos citados presidentes da Petrobras, com desvio considerável em relação à média diária de 90 dias do volume de transação de ações e opções, que pudesse ser considerado atípico ou que levasse à suspeita de ter havido uso de informação privilegiada; e e) a abertura e o estágio de processos investigativos pela CVM e se já houve remessa de eventuais achados para as autoridades de investigação criminal, nomeadamente, a Polícia Federal ou o Ministério Público Federal.</p>
60	RQS 553/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MARCOS MONTES CORDEIRO, informações sobre pescadores no estado do Pará. Autoria: Senador Paulo Rocha [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	<p>Requerimento ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de informações sobre pescadores no Estado do Pará, mais especificamente: a) número de pescadores do Estado do Pará cadastrados; b) número de pescadores que recebem benefícios de seguro defeso; c) número de pescadores que recebem benefícios da previdência social; d) número de pescadores em situação irregular e motivo; e) irregularidades existentes no recebimento do benefício do INSS; f) irregularidades constantes no cadastramento e recadastramento; g) data do último recadastramento; e h) exigência com o maior número de pendências para finalização do recadastramento.</p>
61	RQS 565/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA, informações sobre as operações realizadas na região da Amazônia e se ocorreu intensificação das atividades nos últimos anos, em qual quantitativo e em quais áreas específicas, tendo em vista o aumento da criminalidade na região norte. Autoria: Senador Nelsinho Trad [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação com emendas	<p>Requerimento ao Diretor-Geral da Polícia Federal de informações sobre as operações realizadas na região da Amazônia e se ocorreu intensificação das atividades nos últimos anos, em qual quantitativo e em quais áreas específicas, tendo em vista o aumento da criminalidade na região norte. O relator propõe a aprovação do requerimento, especificando que ele passa a ter como destinatário o ministro da Justiça e Segurança Pública.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
62	RQS 572/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado Chefe do Ministério da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, informações sobre a relação de todos os conselhos, fiscal e de administração, acompanhada dos nomes dos atuais conselheiros, de empresas de cujo capital o Tesouro Nacional participe, direta ou indiretamente, majoritária ou minoritariamente, incluindo aquelas em que há participação de bancos oficiais. Autoria: Senador Jaques Wagner [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Economia da relação de todos os conselhos, fiscal e de administração, acompanhada dos nomes dos atuais conselheiros, de empresas de cujo capital o Tesouro Nacional participe, direta ou indiretamente, majoritária ou minoritariamente, incluindo aquelas em que há participação de bancos oficiais.
63	RQS 602/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, informações sobre a recente aquisição, pelo Comando de Defesa Cibernética do Exército, de equipamento denominado solução Cellebrite UFED e de software, ambos fornecidos pela empresa TechBiz Forense Digital, que possibilitam a extração de dados de telefones celulares, de sistemas de nuvem dos aparelhos e de registros públicos armazenados em redes sociais, bem como sobre aquisições dos mesmos equipamentos pelas demais Forças Armadas. Autoria: Senador Paulo Rocha [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas	Requerimento ao ministro da Defesa de informações sobre a aquisição, pelo Comando de Defesa Cibernética do Exército, do equipamento Cellebrite UFED e de software da empresa TechBiz Forense Digital. O requerimento especifica, por meio de 13 questionamentos e solicitações, as informações requisitadas, especialmente: as funcionalidades do equipamento, as situações em que será utilizado, os atos normativos regentes de seu emprego, as demandas já formuladas e que serão atendidas com o uso do aparelho, quais celulares passarão a ser acessados, o fundamento legal para o acesso a dados privados, em que medida o uso do equipamento se harmoniza com os direitos individuais protegidos constitucionalmente, se existe contratação de capacitação de integrantes da Marinha para uso do Cellebrite e contratação para aquisição do mesmo aparelho pela Aeronáutica. Em caso de resposta afirmativa aos dois últimos questionamentos, é requerida cópia dos respectivos processos, o detalhamento das situações em que o aparelho poderá ser utilizado, bem como dos atos normativos regentes de seu uso. O relator propõe a aprovação do requerimento com supressão dos itens 6 e 7, que questionam o fundamento legal para o acesso a dados privados e em que medida a aquisição e o uso do aparelho se harmonizam com a proteção constitucional aos direitos individuais.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
64	<p>RQS 608/2022</p> <p>Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre a regulamentação e a implementação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS –, previsto na Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021.</p> <p>Autoria: Senadora Eliziane Gama</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação com emendas	<p>Requerimento ao ministro da Saúde de informações sobre a regulamentação e a implementação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual no âmbito do SUS, previsto na Lei 14.214/2021, com base nos seguintes quesitos: a) Tendo em vista o disposto no Art. 8º da Lei 14.214/2021, o qual dispõe que a Lei entra em vigor decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação. Considerando que os itens vetados foram derrubados pelo Congresso Nacional e publicados no dia 18 de março de 2022, a partir do dia 16 de julho ela já está vigente. Por qual motivo o referido ato ainda não foi consolidado e qual a previsão de sua publicação? b) tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei 14.214/2021, objeto de veto derrubado pelo Congresso Nacional, promulgado em 18 de março de 2022, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual: Quais ações estão sendo implementadas pelo Ministério da Saúde para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual? c) tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei 14.214/2021, objeto de veto derrubado pelo Congresso Nacional, promulgado em 18 de março de 2022: Quando as estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino; mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema; mulheres apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal e mulheres internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa, efetivamente, terão acesso a oferta gratuita de absorventes? d) tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei 14.214/2021, objeto de veto derrubado pelo Congresso Nacional, promulgado em 18 de março de 2022, o qual dispõe que as despesas com a execução das ações previstas nesta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias disponibilizadas pela União ao Sistema Único de Saúde (SUS) para a atenção primária à saúde: Quais etapas orçamentárias já foram cumpridas e em que fase se encontra a execução orçamentária para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos? e) tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei 14.214/2021, objeto de veto derrubado pelo Congresso Nacional, promulgado em 18 de março de 2022: O absorvente higiênico feminino já foi incluído nas cestas básicas entregues no âmbito do SISAN, conforme determinado pela lei? O relator propõe a aprovação do requerimento, com ajustes para retirar o caráter especulativo de dois itens, que passam a ter como redação: “1. (...) Em que fases estão a regulamentação e a implementação da Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021? Quais os óbices encontrados durante o processo de regulamentação e implementação da lei?” “3. Existe um cronograma de implementação da política pública criada pela Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021? Em caso afirmativo, quando, de acordo com tal cronograma, terão acesso à oferta gratuita de absorventes as estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino; mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema; mulheres apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal e mulheres internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa?”</p>

Data da reunião: 08/11/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
65	RQS 610/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações objetivas acerca do prazo para implementação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação.	Requerimento ao ministro da Saúde de informação sobre o prazo para implementação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.
66	RQS 612/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre as providências que estão sendo tomadas para impedir o avanço da varíola dos macacos no Brasil. Autoria: Senador Jader Barbalho [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação	Requerimento de informações ao ministro da Saúde sobre as providências que estão sendo tomadas para impedir o avanço da varíola dos macacos no Brasil, com os seguintes questionamentos: a) quais as providências que estão sendo tomadas pelo Ministério da Saúde para conter o avanço da varíola do macaco? b) há previsão de realização de campanha nacional para conscientização sobre os riscos de contágio, uma vez que a varíola do macaco pode ser transmitida pelo contato com fluidos corporais, secreções respiratórias, lesões na pele ou mucosas de pessoas infectadas? E qual é o tratamento e forma de curar essa doença? c) já foi criado pelo Ministério um plano de vacinação contra a varíola dos macacos, conhecida como <i>monkeypox</i> ? Quando esse plano será colocado em prática? d) já foi criado um calendário vacinal para a varíola dos macacos? e) o Ministério da Saúde já está fazendo a compra das vacinas para combater a doença? f) há previsão sobre o número de doses necessárias? g) qual o prazo de entrega dessas doses? h) qual a previsão do início da vacinação da população brasileiras? e i) já se conhece qual será o público-alvo para início da vacinação?
67	RQS 620/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes, informações acerca da atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB). Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requerimento de informações ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB). com os seguintes quesitos: a) qual a posição do Brasil no quesito do enfrentamento ao uso de pesticidas, agrotóxicos e produtos danosos à biodiversidade? b) em relação à atividade agropecuária, quais as medidas adotadas para a fiscalização e o controle da atividade? c) como o agronegócio tem influenciado a atuação do país nas negociações do Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020 na CDB? d) por que o Brasil não tem utilizado as florestas públicas não designadas para aumentar a sua área de conservação e influenciar as negociações da CDB trazendo metas mais ambiciosas ao Marco Global de Biodiversidade Pós-2020? e) qual a posição do Brasil quanto à aplicação de metas numéricas de conservação global no Marco Global de Biodiversidade Pós-2020? f) qual a posição do Brasil quanto à aplicação das metas numéricas de conservação global? e g) o país está de acordo em adotar uma meta global de proteção de 30% do território do planeta?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
68	RQS 621/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça, Anderson Gustavo Torres, informações acerca da atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB). Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requerimento de informações ao ministro da Justiça e Segurança Pública acerca da atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), com base nas seguintes indagações: a) quais as medidas de proteção dos direitos indígenas o Brasil tem defendido internacionalmente, sobretudo na CDB? b) qual a relação que o País percebe entre as crises climáticas e da biodiversidade e a instabilidade territorial das comunidades locais e dos povos indígenas? c) o País já mensurou a fundamentalidade dos povos indígenas na preservação da Amazônia? Como essa conexão pode ser usada na inclusão desses povos nos benefícios do mercado de carbono? d) como os povos indígenas são incluídos nos projetos de compensação da redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal e de créditos em mercados de carbono?
69	RQS 622/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Economia, Paulo Guedes, informações acerca da atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB). Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requerimento de informações ao ministro da Economia sobre a atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), com os seguintes quesitos: a) qual a posição do Brasil quanto às propostas de financiamento externo para aumento das taxas de conservação da biodiversidade interna? b) o País tem trabalhado para criar e/ou manter novos fundos de financiamento e investimento internacionais que incentivem a aplicação das metas de conservação do Marco Global Pós-2020 e o uso de seus componentes? e c) qual será a mobilização de recursos que o País irá comprometer para o financiamento das ações pactuadas na CDB?
70	RQS 623/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, informações acerca da atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB). Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requerimento ao ministro do Meio Ambiente de informações acerca da atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), em especial: a) qual a posição do Brasil no quesito do enfrentamento ao uso de pesticidas, agrotóxicos e produtos danosos à biodiversidade? b) por que o Brasil não tem utilizado as florestas públicas não designadas para aumentar a sua área de conservação e influenciar as negociações da CDB trazendo metas mais ambiciosas ao Marco Global de Biodiversidade Pós-2020? c) como o País percebe a conexão entre as crises climática e a biodiversidade? d) qual a posição do País sobre a forma como os benefícios de uso de recursos biológicos é compartilhada globalmente? e) qual a posição do Brasil quanto à aplicação das metas numéricas de conservação global? f) o País está de acordo em adotar uma meta global de proteção de 30% do território do planeta? g) o País já mensurou a fundamentalidade dos povos indígenas na preservação da Amazônia? Como essa conexão pode ser usada na inclusão desses povos nos benefícios do mercado de carbono? h) como os povos indígenas são incluídos nos projetos de compensação da redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal e de créditos em mercados de carbono? i) qual a posição do Brasil sobre o que seria considerado como a "justa repartição" dos benefícios da conservação?

Data da reunião: 08/11/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
71	RQS 624/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, informações acerca da atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB). Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Relações Exteriores de informações acerca da atuação do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), com os seguintes quesitos: a) quais metas serão apoiadas pelo Brasil no Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020, em negociação na CDB? b) qual a posição do Brasil quanto às propostas de financiamento externo para aumento das taxas de conservação da biodiversidade interna? c) o País tem trabalhado para criar e/ou manter novos fundos de financiamento e investimento internacionais que incentivem a aplicação das metas de conservação do Marco Global Pós-2020 e o uso de seus componentes? d) como o agronegócio tem influenciado a política externa do Brasil nas negociações da CDB? e) qual será a mobilização de recursos que o País irá comprometer para o financiamento das ações pactuadas na CDB? f) por que o Brasil não tem utilizado o fato de ser um dos países com maior taxa de conservação ambiental para propor metas numéricas mais ambiciosas para as negociações do Marco Global? g) quais são os mecanismos de transparência adotados pelo governo sobre a atuação do País na CDB? e h) como a sociedade civil organizada pode influenciar nas ações estratégicas do governo a nível internacional?
72	RQS 670/2022 Ementa: Informações ao Senhor Ministro de Estado da Economia, sobre o Veto nº 47, de 2022, apostado ao art. 19 do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2022. Autoria: Senador Luiz Pastore [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Economia de informações detalhadas, bem como como documentos e estudos, que embasaram o veto do Presidente da República ao art. 19 do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2022.
73	RQS 679/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, informações sobre estimativas da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na nota nº 12 ("Expansão do Auxílio Brasil: uma análise preliminar") e em apresentação de 5 de agosto. Autoria: Senador Jean Paul Prates [tramitação] Não Terminativo	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação com emendas	Requerimento ao ministro da Economia, tendo como base a Nota nº 12 da presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulada "Expansão do Programa Auxílio Brasil: Uma Reflexão Preliminar", das seguintes informações: a) a linha de pobreza usada como referência para o Brasil; b) a linha de pobreza usada como referência para os demais países; c) códigos de programação usados para cálculo das estimativas; d) microdados ou planilhas usados no cálculo das estimativas; e) quantidade e nome de técnicos de planejamento e pesquisa do órgão diretamente envolvidos na elaboração do documento, se houver algum; e f) estimativas para a extrema pobreza em 2023, pela mesma metodologia empregada no estudo, mas com os parâmetros para o Auxílio Brasil constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2023 (PLN 32/2022). O relator propõe a aprovação do requerimento, com supressão do último questionamento, considerado carente de amparo regimental.

Data da reunião: 08/11/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
74	RQS 690/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, informações acerca das negociações (trabalhos preparatórios) de tratado sobre a Conservação e Uso Sustentável de Diversidade Biológica Marinha fora de Áreas de Jurisdição Nacional (Biodiversity Beyond National Jurisdiction). Autoria: Senador Jean Paul Prates [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Relações Exteriores de informações acerca das negociações (trabalhos preparatórios) de tratado sobre a Conservação e Uso Sustentável de Diversidade Biológica Marinha fora de Áreas de Jurisdição Nacional (Biodiversity Beyond National Jurisdiction). São requisitados: a) todos os pareceres, <i>non papers</i> e posicionamentos oficiais brasileiros em reuniões abertas ou fechadas sobre os trabalhos preparatórios de texto de tratado sobre a Conservação e Uso Sustentável de Diversidade Biológica Marinha fora de Áreas de Jurisdição Nacional – Biodiversity Beyond National Jurisdiction (BBNJ); b) textos (<i>draft</i>) já consolidados do acordo internacional sobre Conservação e Uso Sustentável de Diversidade Biológica Marinha fora de Áreas de Jurisdição Nacional; e c) todos os documentos distribuídos, de Estados ou de organizações não governamentais, durante a negociação do acordo em questão que versam a respeito o tema da pesca ou da governança sobre esse espaço marítimo fora de jurisdição nacional que diga respeito direta ou indiretamente à atividade pesqueira.
75	RQS 697/2022 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Justiça, ANDERSON GUSTAVO TORRES, informações sobre a reunião fechada em que o presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Marcelo Xavier, pretende legalizar o garimpo e a extração de madeira em terras indígenas. Autoria: Senador Paulo Rocha [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento de informações ao ministro da Justiça e Segurança Pública sobre a reunião fechada em que o presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Sr. Marcelo Xavier, pretendeu legalizar o garimpo e a extração de madeira em terras indígenas. Pleiteia o detalhamento das tratativas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para a “Regulamentação do Manejo Florestal Comunitário Madeireiro em Terras Indígenas”, a exemplo do que aponta o ofício nº 529/000570/2019-18, processo SEI nº 08789.000570/2019-18. Indaga ao ministro sobre a existência de delegação de competência do gestor máximo do Órgão a subordinados, nas diretorias e unidades regionais, que os autorize a representá-lo em reuniões de negociação e divulgação desses normativos ulteriores. Por último, são requeridas informações acerca da suposta pretensão de legalizar o garimpo e a extração de madeira em terras indígenas a partir de instrumentos jurídicos infralegais, conforme apontam reportagens mencionadas no Requerimento.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.